

Apresentação

A presente coletânea, intitulada *Políticas sociais brasileiras em contextos de crise: desafios contemporâneos*, surge a partir de debate e ações realizados no Núcleo de Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (NUPESS), instituído, desde 2017, na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Carangola.

Em meio a esse contexto, destaca-se a necessidade de a categoria profissional de assistentes sociais debater sobre este tema, apesar de não se restringir a eles uma vez que vários trabalhadores vivenciam esses tempos sombrios com o avanço do conservadorismo em contexto de reformas e retrocessos no estágio atual do Estado brasileiro.

Vale destacar a centralidade das políticas sociais, as quais se colocam como os principais objetos e postos de trabalho para um conjunto de categorias profissionais, em particular de assistentes sociais, em diversos campos dessas políticas, tais como previdência social, assistência social, saúde, drogas, saúde mental, educação, segurança pública, entre outras.

Portanto, operando com isso, urge a necessidade deste debate acadêmico e político, produzido e levado a cabo por pesquisadores, docentes e profissionais da área de Serviço Social em um momento de reflexão de seu papel e de tantos outros trabalhadores nesses espaços sócio-ocupacionais em uma conjuntura de contrarreforma e de retrocessos nas referidas políticas sociais.

Ressalta-se que esta coletânea vem contribuir imensamente para os debates acerca das políticas sociais brasileiras, além de preencher, de uma só vez, uma lacuna de produção de conhecimento sobre a análise de diversas áreas dessas políticas nos cursos de graduação e pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*) em Serviço Social. Mas, também, para todas as áreas do conhecimento científico que problematizam esse objeto de estudo e pesquisa por todo o país, visto encontrarmos-nos em um complexo contexto de perda dos direitos da classe trabalhadora com a adesão, por parte do Estado brasileiro, a uma política econômica que atende aos interesses do mercado financeiro em detrimento das políticas sociais públicas.

A direção política, portanto, é de um retrocesso significativo que vem imprimindo uma acirrada desigualdade social, que prejudicará as futuras gerações no acesso à saúde, educação, assistência social, previdência social e trabalho, entre tantos outros direitos sociais. Contudo, resistir é preciso.

Com isso, emerge a proposta de organizar esta publicação com artigos produzidos a partir de investigações de diversos núcleos de pesquisas de universidades públicas brasileiras que, embora, versem sobre seus respectivos objetos de estudo, relacionam-se com a temática principal das políticas sociais brasileiras. Assim, em meio a um contexto de sucessivos retrocessos no que tange às políticas sociais, faz-se necessário debatermos e propormos, aos nossos leitores, perspectivas analíticas pautadas na crítica e na resistência.

As políticas sociais, no Brasil, estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo país em nível econômico, político e social. São vistas, por um lado, como mecanismos de manutenção da força de trabalho e, por outro, como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e, ainda, como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão.

O Serviço Social, como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, deve ser entendido a partir das configurações expressas pelas relações de classes estabelecidas pelo modelo societário, o capitalismo.

Dessa forma, o Serviço Social, como uma das profissões responsáveis pela mediação entre Estado, burguesia e classe trabalhadora na implantação e implementação das políticas sociais destinadas a enfrentar a questão social, emergiu, no Brasil, na primeira metade do século xx, como forma de resposta civil e estatal à pobreza e ganha, hoje, novos contornos a partir do complexo cenário formado pelos monopólios e pelo ideário neoliberal.

No que diz respeito à questão social, a presente reflexão parte do princípio relacional daquela com o modo de produção capitalista, no bojo do processo de industrialização e do surgimento do proletariado e da burguesia industrial. Historicamente, a questão social é uma nominação surgida na segunda metade do século xix, na Europa ocidental, a partir das manifestações de miséria e de pobreza oriundas da exploração das sociedades capitalistas com o desenvolvimento da industrialização. É nesse contexto que se iniciam as respostas para o enfrentamento desse novo jeito do capitalismo surgido naquela época.

No capitalismo concorrencial, a questão social era tratada de forma repressiva pelo Estado, ou seja, a organização e a mobilização da classe operária para a conquista de seus direitos sociais eram casos de polícia.

Já no início do século xx, com o contexto de emergência do capitalismo monopolista, a questão social torna-se objeto de resposta e de estratégia do Estado por meio de políticas sociais como mecanismo básico de controle das classes trabalhadoras e, ao mesmo tempo, legitima-se como representativo de toda a sociedade. Passa-se a exigir intervenção dos poderes públicos nas

questões trabalhistas e a criação de órgãos públicos que pudessem se ocupar dessas questões.

É tarefa inerente à profissão compreender a lógica de formação e o desenvolvimento da sociedade capitalista e os impasses colocados pelos conflitos sociais, tendo como campo de atuação as expressões da questão social. E, nessa perspectiva, o assistente social defende a luta pela democracia econômica, política e social; busca a defesa de valores éticos para o coletivo em favor da equidade; defende o direito ao trabalho e o emprego para todos e todas. Ainda, a luta pela universalização da seguridade social, com garantia de saúde pública e previdência para todos os trabalhadores, uma educação laica, pública e universal em todos os níveis. Enfim, luta pela garantia dos direitos como estratégia de fortalecimento da classe trabalhadora e mediação fundamental e urgente no processo de construção de uma sociedade emancipada.

O livro se agrupa a partir de três eixos para fins de exposição dos artigos, originários de pesquisas acadêmicas no âmbito das políticas sociais.

No primeiro eixo, os artigos irão descrever os desafios para as políticas de seguridade social em meio aos avanços de práticas neoliberais e em um contexto de reformas.

O primeiro capítulo, intitulado *A política previdenciária brasileira em questão: construção histórica e retrocessos reformistas*, objetiva discutir a concepção da política previdenciária como de proteção social ao trabalho e seus determinantes sócio-históricos à luz da teoria crítica marxiana na totalidade do sistema capitalista e de suas contradições, mediado pelas lutas da classe trabalhadora em prol de um sistema de proteção social e decorrente das desigualdades sociais que formatam a questão social. Conclui-se que a verdadeira razão dessas “reformas”, no movimento reflexivo da empiria à essência do concreto pensado, está

no jogo embutido da dívida pública, nos interesses econômicos com relação à previdência social privada, nos desvios constantes dos seus recursos e da seguridade social para outros fins. Dessa forma, as décadas de 1990-2000 configuram, para a previdência, uma paulatina desconstrução homeopática dos seus princípios e da seguridade social como um todo e explicam a natureza e finalidade dessas contrarreformas.

O segundo capítulo é intitulado *Política pública de assistência social: conquistas, desafios e ameaças a sua institucionalidade*. Este texto tem como objetivo refletir criticamente sobre o processo histórico de institucionalização da política de assistência social no Brasil, demarcando, em primeiro lugar, o contexto dos anos 1980 como fundamental para promover importante inflexão com relação ao legado assistencialista que caracteriza esta arena setorial. Em seguida, busca sistematizar os principais desafios do processo de implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apontando problemas e vicissitudes à conformação da Assistência Social enquanto política pública garantidora de direitos. O terceiro momento aborda o contexto atual marcado por ameaças que atacam, visceralmente, a frágil institucionalidade da Assistência Social entre nós. Por fim, propõe uma agenda de debates com temas cruciais que reforcem a defesa teórica, técnica e política dessa assistência como responsabilidade pública, inscrita na seguridade social, compreendida, portanto, na perspectiva da integração entre diferentes áreas das políticas sociais e públicas.

O terceiro capítulo, intitulado *Impactos do “Neoliberalismo do século XXI” na política de saúde brasileira*, objetiva avaliar as atuais tendências políticas de saúde brasileira por meio do conceito proposto pelo autor, “neoliberalismo do século XXI”. O estudo está pautado no método fundamentado na obra de Marx e, metodologicamente, recorre à pesquisa bibliográfica a partir da identificação, localização, compilação e fichamento de materiais pautados no descritor

“política de saúde”. Ao realizar uma análise comparativa referente aos governos dos anos 1990 e início dos anos 2000, o autor identifica mais processos de continuidades do que rupturas na política de saúde brasileira. De forma geral, as estratégias nacionais, pautadas em organismos internacionais, têm sido de criação de bases institucionais e legais para expansão de cadeias lucrativas e concentração do capital, transformando o direito à saúde na compra de um bem disputado no mercado de consumo pelos diversificados planos de saúde e/ou pelo pagamento direto do serviço, por meio de atendimentos particulares. Assim, a ofensiva neoliberal na política de saúde brasileira se reveste ideologicamente de um discurso do “sus possível”, mediante a centralidade na “saúde da moeda”.

O segundo eixo desta coletânea trata-se de analisar, no contemporâneo, como as políticas sobre drogas, saúde mental e educação têm se desenvolvido em meio a um contexto conversador do século XXI. Para tanto, salientam-se seus desafios atuais.

No quarto capítulo, *Política de drogas, modelos assistenciais e a rede de atenção aos usuários no Brasil: uma análise crítica*, incide uma análise das políticas sobre drogas no Brasil. Em meio a tantos retrocessos e ataques à classe trabalhadora, fica clara a importância de nos mobilizarmos em defesa dos direitos sociais e constitucionais. Neste sentido, o texto tem por objetivo apresentar o modo como se construiu historicamente a política sobre drogas no Brasil, seu desenvolvimento e manutenção em meio aos avanços neoliberais e ao conservadorismo. Perpassando, em suas análises, os governos FHC, Lula, Rousseff e Temer apontando como em tais governos essa política avançou em alguns pontos e vem retrocedendo em tantos outros.

O quinto capítulo, intitulado *Política pública de saúde mental e serviço social: desafios contemporâneos*, problematiza a referida política a partir do marco da reforma psiquiátrica brasileira, antes e depois da Lei Federal nº 10.216/01,

demarcando a institucionalização da rede de atenção psicossocial e as ameaças e retrocessos que se operam na gestão da referida política em conjuntura recente. Contribuem, com suas análises contundentes sobre esse processo, pensar criticamente o lugar do Serviço Social nesse cenário, apontando alguns desafios contemporâneos, e, em particular, as estratégias de resistência coletiva frente aos ditames conservadores que se impõem ao campo da saúde mental, álcool e outras drogas.

O capítulo seis apresenta a *Contrarreforma da Educação Superior e os principais aspectos sobre a mercantilização do ensino brasileiro*. No intuito de contribuir para o aprofundamento do debate em torno da contrarreforma da política de Educação Superior brasileira, o estudo tem como pano de fundo uma análise da constituição do Estado brasileiro. Para tanto, mostrou-se necessário um recorte histórico que se localiza ao processo de mercantilização a partir do golpe ditatorial militar até as principais ações dos governos que sucederam a Constituição de 1988. Assim, torna-se possível traçar as linhas que demonstram o desenho da Educação Superior na atualidade, principalmente no que tange à ampliação da concentração privada, que culminou no quadro mercantilizado, com baixa qualidade e em favor dos cursos à distância.

No terceiro eixo desta coletânea, Políticas sociais e Direitos Humanos, abordam-se os desdobramentos da política urbana e da segurança pública.

Para isso, o sétimo capítulo, intitulado *Kalabari, Calabar e a releitura contemporânea dos Quilombos*, apresenta como os quilombos, à época da escravidão na concepção hegemônica, eram sinônimos de esconderijos de negros fugidos. Contudo, para os negros, representavam uma forma de resistir ao sistema escravista, e, ao mesmo tempo, uma conquista da liberdade para cultivar sua religião de matriz africana, seus batuques e vivenciar sua cultura. Na contemporaneidade, alguns quilombos foram incorporados à cidade, devido ao desenvolvimento

urbano, e estes passaram a ser chamados de quilombos urbanos. Todavia, não poderíamos também considerar ou fazer um paralelo com os espaços de alta concentração de negros, sejam eles uma comunidade, um bairro, e que procuram valorizar sua cultura, identidade e resistem à opressão do Estado e do capital imobiliário contra a expulsão dos moradores, para dar lugar às moradias destinadas às classes média e alta, como quilombos contemporâneos? O artigo propõe discutir esses espaços de resistência negra e de valorização de sua cultura enquanto quilombos contemporâneos, além de demonstrar a luta dessa população pela efetivação das políticas urbanas, como o direito à moradia.

Para concluirmos esta coletânea, apresentamos o oitavo capítulo, *Prisão, controle social e direitos humanos: algumas notas sobre a segurança pública no Brasil*. Este ensaio aborda a temática das prisões e Direitos Humanos, buscando refletir sobre como as experiências prisionais contemporâneas concorrem na produção e reprodução de um sistema social desigual e segregador. Sua finalidade é problematizar, de modo exploratório, os limites desse sistema carcerário a partir da vivência e das representações que a trajetória prisional traz aos sujeitos aprisionados. Lança luz sobre a dimensão concreta e, ao mesmo tempo, subjetiva num percurso de valorização da ótica dos assistidos. Nessa direção, constata-se que a prisão continua a ser um potente dispositivo de produção e reprodução de vidas “perdidas”, reiterando o que os estudos históricos já haviam constatado, ou seja, que desde seu nascedouro, a prisão atesta os fortes traços de segregação e extinção dos pobres da sociedade de classe, reiterando a importância das resistências e lutas por uma nova sociedade, construídas na intransigente defesa dos Direitos Humanos.

Por fim, convidamos os leitores a se implicarem e se aventurarem pelas linhas e artigos aqui publicados nesta coletânea. Que, assim, nosso objetivo de contribuir para o debate crítico de ideias e análises de políticas sociais setoriais no Estado capitalista brasileiro, em tempos de retrocessos de direitos e avanços

do conservadorismo, seja real. E, desse modo, afirmemos a luta e a resistência como proposta e desafio que se põe a todos os cidadãos, profissionais, trabalhadores e gestores em prol de uma resposta coletiva como esta coletânea possibilitou realizar.

Boa leitura!

Os organizadores

Outono, Minas Gerais, 2019.

Sumário

Parte 1: A seguridade social brasileira no cenário das políticas sociais atuais

Capítulo 1

A política previdenciária brasileira em questão: construção histórica e retrocessos reformistas — 22

Ana Maria Baima Cartaxo

Capítulo 2

Política pública de assistência social: conquistas, desafios e ameaças a sua institucionalidade — 45

Giselle Lavinias Monnerat

Andréa de Sousa Gama

Ney Luiz Teixeira de Almeida

Capítulo 3

Impactos do “Neoliberalismo do século XXI” na política de saúde brasileira — 65

Carlos Antonio de Souza Moraes

Parte 2: As políticas sociais no contemporâneo e seus desafios

Capítulo 4

Política de drogas, modelos assistenciais e a rede de atenção aos usuários no Brasil: uma análise crítica 101

Warllon de Souza Barcellos
Marco José de Oliveira Duarte

Capítulo 5

Política pública de saúde mental e serviço social: desafios contemporâneos 122

Marco José de Oliveira Duarte
Sabrina Pereira Paiva

Capítulo 6

Contrarreforma da Educação Superior e os principais aspectos sobre a mercantilização do ensino brasileiro 143

Cynthia Santos Ferrarez

Parte 3: Políticas sociais e Direitos Humanos

Capítulo 7

Kalabari, Calabar e a releitura contemporânea dos Quilombos 163

Ana Cláudia de Jesus Barreto

Capítulo 8

Prisão, controle social e direitos humanos: algumas notas sobre a segurança pública no Brasil 184

Rosane Cristina Moreira de Souza
Warllon de Souza Barcellos

Sobre os autores 200